

## PEDAGOGIA CATÓLICA NA FORMAÇÃO PROFESSORAS: O CURSO NORMAL NO COLÉGIO “NOSSA SENHORA DA LUZ EM GUARABIRA - PB (1939 - 1979)

Beatriz Gonçalves de Melo <sup>1</sup>  
Denner de Oliveira Santos <sup>2</sup>  
Luciene Chaves de Aquino <sup>3</sup>

### RESUMO

Trata-se de uma pesquisa em história da educação, que tem como objeto de estudo o Curso Normal do Colégio Nossa Senhora da Luz em Guarabira/PB, a partir da criação do Curso Normal em 1939 até 1979, quando ocorreu a conclusão da última turma de normalistas e o encerramento da gestão das irmãs de Santa Catarina de Sena nesta instituição. Objetivamos com este estudo investigar as relações entre a pedagogia católica e a formação de professoras no Curso Normal Nossa Senhora da Luz situando indícios relativos aos saberes veiculados e metodologias utilizadas na prática educativa; Discutir as circunstâncias que concorreram para a instalação do Curso Normal em um colégio confessional, particular e destinada à formação de moças; Identificar a legislação que norteou a Instrução Pública, e em específico o Ensino Normal no Estado da Paraíba no período apreçado. A pesquisa ocorreu em acervos digitais, a fim de levantar a produção científica que trata da trajetória do Curso Normal no “Colégio Da Luz” em Guarabira/PB, em sites e repositórios da PPGE/UFPB, UFCG, UEPB, Hemeroteca Digital, como também no memorial do próprio Colégio e na Segunda Gerência de Ensino em Guarabira-PB. Foram elaborados diferentes instrumentos para a organização e análises dos dados, a saber: Quadro demonstrativo 1, contendo o tipo, título e ano de publicação do documento; Sequência de resumos indicativos sobre cada documento identificado seguido das imagens coletadas, somando-se onze (11) fontes, incluindo documentos e imagens. O Colégio Nossa Senhora da Luz foi inaugurada em 01 de março de 1936, ofertando o Ensino Primário para meninas. Em 29 de maio de 1939, deu-se a instituição do Curso Normal mediante articulações entre autoridades políticas e religiosas.

**Palavras-chave:** Curso Normal. Educação católica. Escola feminina.

### INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem histórica, que tem como objeto de investigação o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora da Luz em Guarabira - PB, no contexto de sua criação (1939), uma instituição católica cristã e feminina. Objetivamos com este estudo investigar as relações entre a pedagogia católica e a formação de professoras no Curso Normal Nossa Senhora da Luz, como também identificar indícios relativos aos saberes veiculados, as metodologias utilizadas na prática educativa, perceber como era produzida e incorporada por professoras e alunas a cultura escolar na formação da identidade feminina marcada pela religiosidade, detectar aspectos da origem socioeconômico das moças que frequentavam o

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [beatrizmelogm@gmail.com](mailto:beatrizmelogm@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual – UFPB, [den.oli.san@gmail.com](mailto:den.oli.san@gmail.com);

<sup>3</sup> Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [lucienecaquino@hotmail.com](mailto:lucienecaquino@hotmail.com) ;

curso normal instituído nesta instituição; Discutir as circunstâncias que concorreram para a instalação do Curso Normal em um Colégio confessional, particular e destinada à formação de moças, identificar a legislação que norteou a Instrução Pública, e em específico o Ensino Normal no Estado da Paraíba nas décadas de 1939 a 1979, compreender o gênero como categoria de análise da diferença sexual, questionando os papéis sociais atribuídos socialmente às mulheres e aos homens.

A Escola Normal Nossa Senhora da Luz foi inaugurada em 01 de março de 1936, tendo o ensino direcionado exclusivamente ao sexo feminino, caracterizando-se assim, como escola confessional/católica, que inicialmente ministrava o ensino primário. Em 29 de maio de 1939, deu-se a instituição do curso normal mediante articulações entre autoridades políticas e religiosas do município e do Estado (Dom Odilon R. Coutinho, Prefeito de Guarabira Sabiniano Maia, o Mons. Emiliano e o Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo), tendo à época adquirido a autorização oficial, por meio do Decreto Estadual nº 1.413, para a criação e o funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora da Luz. (HISTÓRICO, 2021). Conforme os relatos identificados, a construção do prédio onde foi instalado o Curso Normal de três (03) anos decorreu da contribuição da comunidade, do empenho das Irmãs e da então gestão municipal. Tal feito, inaugurou a formação docente no município de Guarabira/PB, tendo a formatura da primeira turma com dezenove (19) professoras, em 27 de novembro de 1941. (HISTÓRICO, 2021). Este educandário seguiu por décadas ofertando o curso de formação de professoras, quando em 1979 deu-se a formatura da última turma sob a direção das Irmãs, neste contexto denominado de “Curso Pedagógico”. Segundo constam os relatos a Congregação se afastou da direção do “Colégio Da Luz”, como era comumente conhecido, seguindo determinação das suas superiores italianas, que alegavam dificuldades administrativas e financeiras, motivo apresentado pela Diocese de Guarabira/PB, proprietária das instalações naquela época. (HISTÓRICO, 2021).

O olhar para uma instituição dedicada à educação de mulheres, anteriormente a metade do século XX, nos remete a refletir sobre os mecanismos de formação de um comportamento feminino disciplinado e obediente e, melhor compreendido a partir dos estudos do ‘gênero’, entendido aqui a partir da definição de Scott (1995, p. 86) para quem “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. Depreende-se daí que numa sociedade patriarcal conservadora são atribuídos lugares sociais a partir da condição sexual, logo o ‘gênero’ foi o termo usado para teorizar a diferença sexual, questionando os papéis atribuídos às mulheres e aos homens na sociedade. A escola e, mais particularmente, os cursos normais, de formação de professor primário, historicamente, se constituíram como lugares de construção e de reprodução simbólica do que vem a ser o feminino na sua diferença com o masculino na sociedade: são ambientes disciplinados e disciplinadores, moldam o sujeito, suprimem gestos e constroem posturas de comportamentos. Portanto levantamos os seguintes questionamentos: 1) Que conteúdos e metodologias eram utilizados na prática educativa, convertidos em dispositivos de poder para manutenção do controle e da vigilância?; 2) Como se deu a introdução e os diferentes ciclos de desenvolvimento do ensino normal nesse educandário em 1939 até 1979; 3) Havia articulação entre o Curso Normal com os cursos de formação geral como o primário, situando neste processo, e a sua ampliação para o curso ginásial?; 4) Como era produzida e incorporada, por professoras e alunas, as normas dispostas no Regimento Interno da instituição e reproduzido pela cultura escolar? A pesquisa deu-se com o propósito de buscar a memória dessa instituição de modo a possibilitar respostas às questões levantadas, considerando a cultura escolar e as relações de gênero, na medida em que tomamos como objeto de estudo a trajetória histórica de um curso de formação docente, embebido de uma pedagogia católica cristã. Nessa perspectiva, as significações de gênero e de poder constroem-se reciprocamente e em muitos lugares, assim como a mudança (ou a desconstrução) poderá ocorrer em diferentes áreas da sociedade e das

instituições, a começar por aquelas em que as relações são historicamente generificadas, como, por exemplo, a política ou a instituição escolar e suas normas regulamentares. O regimento interno da escola controla o cotidiano no interior daquela instituição: nele estavam inscritas as regras, as atribuições de cada categoria, era a credencial do poder ali existente, na medida que determina e impõe as formas de comportamentos. Como afirma Foucault (1987, p. 154), “em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras”. As formas de controle dos professores(as) sobre as alunas no ato educativo, num momento em que se primava pela maior participação destas no trabalho pedagógico, concedendo-se espaço para que administrasse o seu tempo e a sua aprendizagem, o que favorecia uma avaliação simultânea de sua capacidade de autocontrole, e de sua postura, resultando, em consequência, uma aproximação do referencial de comportamento desejado.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação em História da Educação, na qual adotamos para a compreensão do objeto de estudo, a perspectiva da “história das instituições escolares”, considerando-a como “memória que se constrói pelo poder de perpetuação de suas bases; mas é, fundamentalmente, história narrada a partir de uma crítica ao monumento, marca de poder de uma época, de uma sociedade. (WERLE, 2004, p. 21). Nessa perspectiva, foi observado na pesquisa, fontes históricas que dão conta de aspectos fundamentais da escola como espaço físico e a estrutura sociocultural, colocando como fundamental a construção da identidade histórica das instituições educativas. Ali deverá se revelar ainda o papel dos seus diferentes atores, para que se possa interpretar o itinerário histórico da instituição, à luz do seu próprio modelo educacional (SANFELICE, 2009).

A reconstituição da trajetória de uma instituição consiste em buscar, entre os componentes constitutivos de sua história, diluídos nas brumas do passado, a identidade que a marcou em diferentes épocas: a dinâmica de funcionamento interno, o currículo, o espaço, a articulação com a sociedade em que ela se insere e com os acontecimentos políticos e culturais ocorridos no âmbito local, regional e nacional (MAGALHÃES, 1996). O tratamento das evidências/fontes requer a definição de categorias que nos permitam a tessitura da construção histórica e a compreensão da instituição estudada, como: Memória (Le Goff; 1994), Gênero (SCOTT, 1995), religiosidade (ROSADO-NUNES, 2005), e destacadamente a cultura escolar, definida por Julia (2001, p.10), como um “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Tais normas e práticas, podem ser coordenadas e ajustadas a “finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. Tratamos, nesse caso, das normas transformadas em práticas pedagógicas desenvolvidas na escola com vistas a não somente ensinar conhecimentos mas, também, moldar e conformar comportamento, submetendo professores e alunos a um regime disciplinar transmitido por gerações seguidas.

O trabalho foi desenvolvido a partir de quatro etapas, com ações sistematizadas e complementares. A primeira consistiu na revisão da literatura adotada na fundamentação teórica, entre os quais destacam-se os estudos relacionados a ‘memória de professores e história da educação’ do autor António Nóvoa (2000) e Fontes e História da Educação’ das autoras Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), entre tantos outros. Na segunda etapa da pesquisa partimos para a localização de acervos físicos e virtuais, pois as fontes históricas são entendidas como testemunhos dos atos históricos, registros das práticas educativas, sociais, culturais, políticas e econômicas, matéria-prima do historiador. A memória

possibilita a escrita da histórica, expressa oralmente ou por meio dos registros escritos, traz recordações do passado introduzindo as características sociais cujo indivíduo está imerso. O conhecimento histórico é indispensável na construção de identidade, sob o ponto de vista pedagógico – didático é importante ter em conta o tratamento da memória longa das populações, que nos permite explicar diferentes ritmos de evolução. (BITTENCOURT, 2004). Assim sendo, a realização da investigação histórica sobre o Colégio “Nossa Senhora da Luz” em Guarabira/PB, contribuiu para a preservação da memória e para a construção da identidade da história da educação do lugar.

Na terceira fase partimos para a pesquisa documental, cuja realização ocorreu em acervos digitais, repositórios institucionais da UFPB, Hemerotecas Digitais, e o site da própria instituição objeto de estudo, entre outros. Entretanto não tivemos acesso a nenhum trabalho acadêmico sobre a o Curso Normal da Escola Nossa Senhora da Luz nos acervos digitais. Em seguida partimos para o arquivo da Segunda Gerência de Ensino, e também para o acervo do Memorial do Colégio da Luz, ambos situados no município de Guarabira/PB, com a finalidade de identificar documentos históricos dessa instituição, produzidos na época, onde foram confrontadas às diversas fontes, procedendo o cruzamento das informações entre elas. Pois, no trabalho historiográfico as evidências são fundamentais, tomadas como o ponto de partida do trabalho do historiador, ou seja, é o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Elas, enquanto registros e testemunho dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico (LOPES, GALVÃO, 2001). Os mesmos estavam armazenados em pastas com documentos diversos, de anos diferentes e de escolas diferentes. A busca dos documentos produzidos no período estudado, tais como: a legislação que regulava a Instrução da Paraíba, incluindo as leis que normatizaram as diferentes reformas educacionais, especificamente aquelas sobre a criação, consolidação e expansão do ensino normal da Paraíba; os Decretos de criação das escolas normais, e também de concessão às escolas particulares para ministrarem o ensino normal; Livros de Atas, regimento interno da escola, iconografia, certificados/diplomas, boletins, manuais pedagógicos, e outros documentos identificados no decorrer da pesquisa referente ao ensino normal. As fontes foram entendidas como testemunhos dos atos históricos, registros das práticas educativas, sociais, culturais, políticas e econômicas, matéria-prima do historiador (LOPES; GALVÃO, 2001).

A quarta etapa consistiu na análise e interpretação das diversas fontes, destacando nesta as suas potencialidade para subsidiar a construção história do ‘Colégio Da Luz’. Nos nossos estudos orientamo-nos pela nova história cultural que ampliou o território de compreender e escrever a história. “Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-los” (BURKE, 1992, p. 126). As múltiplas informações articuladas possibilitaram o que Certeau (1982) denominou de “operação historiográfica”. Trata-se, portanto, da escrita da história da instituição educativa em apreço, identificando as suas práticas educativas, por meio da análise e cruzamento de fontes e dos materiais didáticos. Assim sendo, a análise e interpretação das fontes são fundamentais para o entendimento da dinâmica da educação em diferentes contextos. O exercício de investigação sempre mediatizado por um propósito, tal qual como nos adverte Bloch (1941 apud LE GOFF, 1994, p. 544), nos adverte que “os documentos não aparecem, aqui ou ali, [...]. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos [...], dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise”. Assim posto, compreendemos que os registros são imprescindíveis para a reconstituição histórica, embora essa se realize mediante o processo da operação historiográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada no acervo da Escola Nossa Senhora da Luz e no arquivo da Segunda Região de Ensino, ambos no município de Guarabira, conforme previsto no projeto/plano, prosseguimos com o trabalho de identificação das fontes históricas referente a esta instituição, mais precisamente a memória do Curso Normal ali existente, contemplando o período de 1939 a 1979.

Após a realização da pesquisa nos acervos do memorial da Escola Nossa Senhora da Luz e na Segunda Gerência, conseguimos identificar fontes relevantes que nos dão indícios das normas, do funcionamento, quantitativos de discentes, as articulações com o poder público/estado e a concessão de subvenções, etc. Tais documentos contribuem significativamente para a produção acadêmica de trabalhos que se dediquem a construção histórica da referida instituição.

Os dados levantados foram organizados em três (3) instrumentos: 1) Quadro 1: Quadro Demonstrativo com a identificação dos documentos dos anos de 1939-1979; 2) Breve resumo sobre os documentos identificados dos anos de 1939-1979; 3) Imagens dos materiais coletados.

### **Quadro 1: Quadro Demonstrativo dos documentos históricos localizados e identificados no acervo da Segunda Região de Ensino referente ao Curso Normal de 1959 até 1980.**

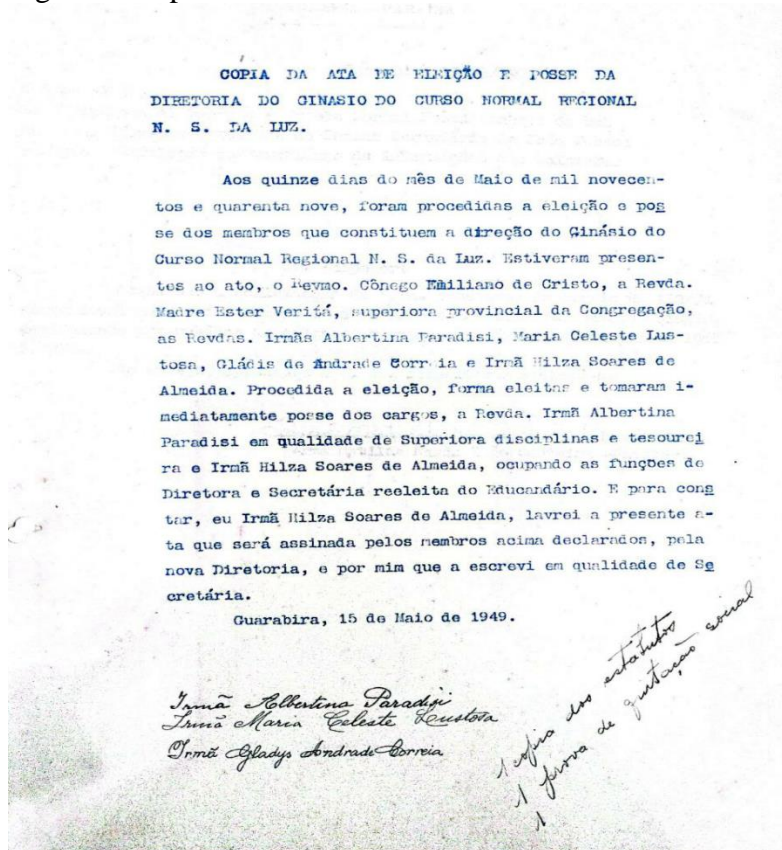
<b>Tipo de Documento</b>	<b>Título do documento</b>	<b>Ano da publicação</b>
Matrículas	Matrículas das Alunas	1939
Boletins	Boletins de Notas	1944
Ata	Cópia de Ata	1949
Livro de Ponto	Livro de Ponto Normal Regional	1949
Relatório	Relatório Anual	1951
Lei 850	Divisão do Ensino Normal	1952
Certificado	Certificado do Curso Normal Livre	1953
Ofício	Ofícios	1971
Relatório	Relatório Anual	1971
Declaração	Declarações de conclusão do Curso Normal	1978
Decreto	Decreto n ° 75	1931

### **Breve resumo sobre os Documentos Identificados da Escola Normal no período de 1939 até 1979 e Imagens Coletadas dos Materiais**

**Mapa de Matrículas** - As matrículas eram organizadas em manuscritos organizados pelas próprias Freiras. Eram compostas com os dados pessoais das alunas, o nome, data de nascimento, naturalidade, nome dos pais e data da matrícula. Os nomes eram organizados em ordem alfabética.



Figura 3: Cópia da Ata



Fonte: Acervos da Segunda Gerência de Ensino (1949)

**Livro de Ponto** - O livro de ponto era destinado ao corpo docente da Escola. Era um livro para cada mês do ano, era organizado com o dia do mês, a turma, as disciplinas, os horários e o espaço para o professor assinar sua presença.

Figura 4: Livro de Ponto

Dias	Disciplinas	Horário	Professores
12	3º ano: Geografia	7 às 8	Irmã Ilza Almeida
"	Matemática	8 às 9	
"	Português	9 às 10	
"	L. mandava	10 às 11	
12	2º ano: Ciências	7 às 8	Irmã Cláudia Costa
"	Português	8 às 9	
"	Desenho	9 às 10	
"	Música	10 às 11	
12	4º ano: Metodologia	7 às 8	Irmã Ilza Almeida
"	Hist. Brasil	8 às 9	
"	Higiene	9 às 10	
"	Pedagogia	10 às 11	
"	Desenho	11 às 12	
12	3º ano: Algebrá	7 às 8	Irmã M.ª de Jesus Sampaio
"	Desenho	8 às 9	
"	Música	9 às 10	
"	Português	10 às 11	
12	2º ano: Ciências	7 às 8	Irmã Cláudia Costa
"	Música	8 às 9	
"	Geografia	9 às 10	
"	Religião	10 às 11	

Fonte: Acervos da Gerência Região (sem ano)

**Relatório Anual** - Era um relatório feito anualmente destinado ao ministro, onde a diretora relatava tudo que foi executado naquele ano, desde as disciplinas ofertadas, a quantidade de alunas matriculadas, como também a prestação de contas.

Figura 5: Relatório Anual

**ESCOLA NORMAL N. S. DA LUZ**  
 Dirigida pelas Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena  
 GUARABIRA - PARANÁ

Em 26/04/1971

Ofício nº 6  
 Da Diretora da Escola Normal Nossa Senhora da Luz  
 Ao Diretor da Divisão de Ensino Normal  
 Assunto: Remessa do Relatório

Senhor Diretor:

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Sa. o Relatório da Escola Normal Nossa Senhora da Luz, referente ao ano letivo de 1970, que consta de seguintes:

- abaixo de resultados finais
- estatísticas de aproveitamento
- relação das concluintes do 1º e 2º ciclo
- quadro geral de matrícula
- plano curricular com a carga horária
- relação do corpo docente em exercício
- calendário escolar
- horário

Aproveito o ensejo para renovar a V. Sa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração

*Irmã Maria Lúcia Linschares*  
 Diretora

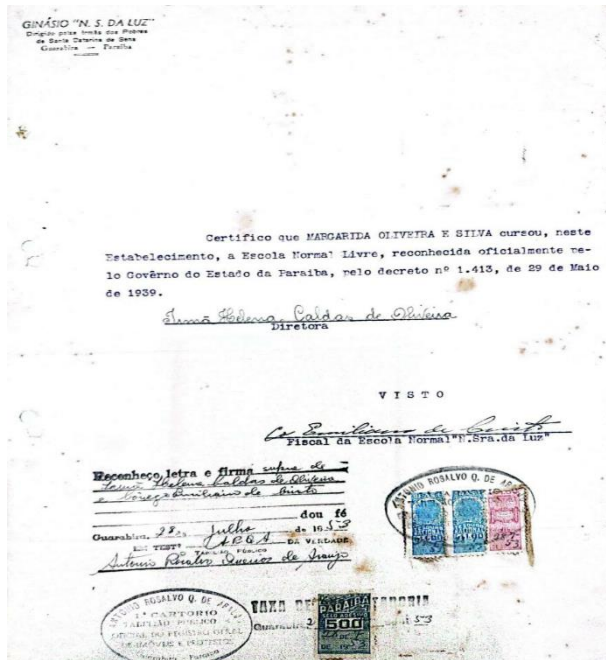
Fonte: Acervos da Segunda Gerência de Ensino (1971)

**Lei 850** - A lei de número 850 de 06 de dezembro de 1952 foi uma lei que regulamentava a organização do Ensino Normal na Paraíba.

**Certificado** - O certificado era preenchido pela diretora, era necessário a assinatura da mesma e do fiscal da escola, como também ser carimbado com três tipos de carimbos e reconhecimento de letra e de firma.



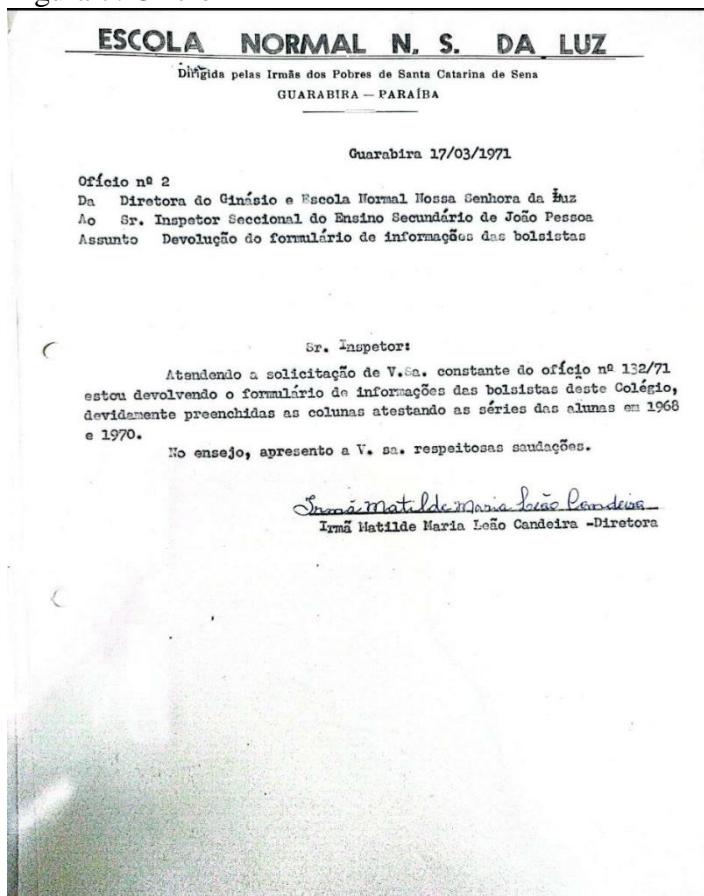
Figura 6: Certificado



Fonte: Acervos da Segunda Gerência de Ensino (1958)

**Ofício** - O ofício era feito para a solicitação ou comunicação de algo, era redigido pela diretora da Escola Normal.

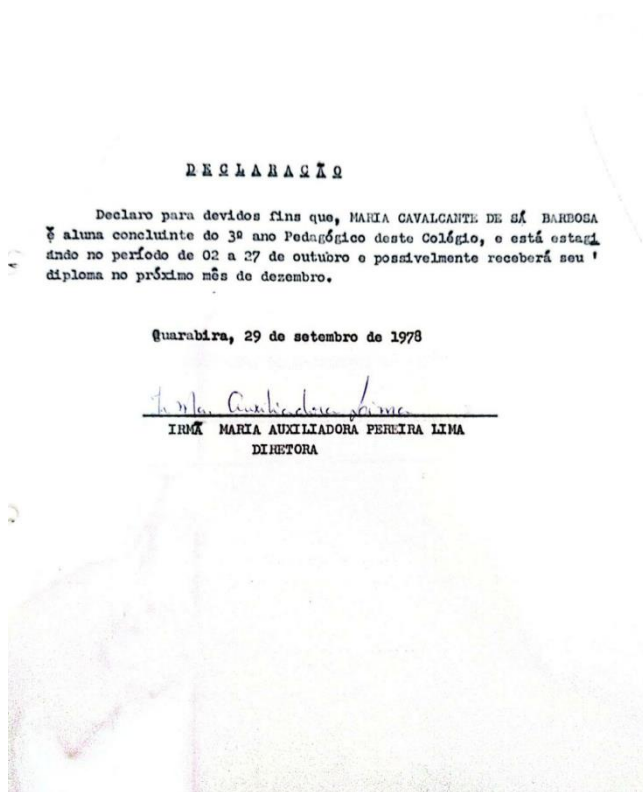
Figura 7: Ofício



Fonte: Acervos da Segunda Gerência de Ensino (1971)

**Declaração** - As declarações encontradas eram feitas para comprovar que as alunas tinham concluído o Curso Normal, enquanto o diploma não estava pronto.

Figura 8: Declaração



Fonte: Acervos da Segunda Gerência de Ensino (1978)

**Decreto Nº 75** - Este decreto foi encontrado incompleto a partir da página seis (6), mas é um documento que trata dos concursos, dos cursos anexos, do provimento financeiro, dos deveres e direitos do corpo docente, das licenças e faltas, das penas do pessoal docente e administrativo e dos cursos normais equiparados.

A partir dos materiais encontrados que tratam da trajetória do Curso Normal no Colégio Nossa senhora da Luz, podemos analisar os saberes que eram veiculados nas práticas educativas, que eram fortemente marcadas pela religião, a fim de fortalecer a feminização no Curso Normal. Quando a Escola Normal passa a ser aberta para as mulheres, mesmo com muita luta feminina e também com muita resistência contra a sua entrada, em pouco tempo as mulheres ultrapassam os homens em número de discentes. (RABELO, 2017)

Tal feminização se materializa no disciplinamento imprimido no cotidiano, entre os rituais e padronização do comportamento, a exemplo do uso do fardamento caracterizado por uma blusa toda fechada e de saia comprida (midi). As alunas teriam que participar das aulas de educação física e ginástica com essa vestimenta que era ofertada pela escola. A atividade física era adotada como instrumento de disciplinamento e de higiene, pois o curso normal era visto como a extensão dos cuidados domiciliares, para preservar o papel social da mulher. Segundo Rabelo (2017) a defesa das “qualidades femininas” para a docência e a abertura de mais escolas normais femininas do que cursos secundários acessíveis às mulheres, e o baixo salário que, associado com a necessidade de formação, torna outras áreas melhores para os homens, confirma essa ideia.

As aulas de religião, ganham destaque no fazer pedagógico da referida instituição, tendo grande peso na formação das discentes. As meninas que tinham a oportunidade de estudar na Escola Normal, em grande parte eram de classe alta, já que o curso era particular e custava trezentos (300) cruzeiros, e de acordo com a lei de nº 805 no seu art. 116 eram ofertadas bolsas de estudo para as meninas de classe baixa.

A lei de número 850 de 06 de dezembro de 1952, regulamentava a organização do Ensino Normal na Paraíba, tendo o propósito de ajustar o ensino normal paraibano às regras gerais da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, e conseqüentemente normatizou o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora da Luz. Segundo esta normativa o governo deveria equiparar a Escola Normal das instituições particulares mediante as seguintes condições: que adotassem a organização, programas e regime da Escola Oficial, que funcionassem em prédios que satisfazem as condições pedagógicas, que o corpo docente fosse constituído por professores com capacidade moral e intelectual, que tivessem material didático suficiente para a ministração das disciplinas, que possuísse laboratório, museu, biblioteca, auditoria e equipamentos para a realização das aulas de educação física. De acordo com o Art. 103 do mesmo Decreto, o governo nomeava um fiscal, para inspecionar o curso pelo menos uma vez por semana. (PARAÍBA. LEI Nº 850, 1952, p. 33).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora da Luz em Guarabira - PB, por ser uma escola confessional fundada por uma Congregação religiosa, era uma Escola que possuía normas religiosa em seu regimento interno e conseqüentemente tinham o controle e vigilância sobre as alunas, onde elas teriam que cumprir com as diretrizes da Escola, como ensino de religião, que era obrigatório no currículo.

No período de Fundação da Escola Normal, o que regulamentava o seu funcionamento era o Decreto nº 75 de 1931, que foi alterado em 21 de outubro de 1935, e só em 1952 foi substituído pela Lei Nº 850. Esse Decreto, no seu Art.169 afirmava que as Escolas Normais equiparadas deveriam ofertar o curso primário para que as normalistas pudessem realizar suas práticas profissionais.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

CERTEAU, Michael. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982. p. 65–119.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HISTÓRICO: Colégio Nossa Senhora da Luz - Guarabira - PB (1936 -2019).  
<https://www.colegiodaluz.com.br/pagina.php?pg=1> Acesso em 05 de maio do 2021

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação, Campinas**, n.1, p. 9–43, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1996. Mimeo. p. 1-18.

NÓVOA, António. et al. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

PARAÍBA. **Lei Nº 850, de 06 de dezembro de 1952**. Dá organização ao Ensino Normal do Estado da Paraíba. (Mimeografado). 06 de dez. de 1952.

ROSADO-NUNES, M. J. Gênero e religião. Estudos Feministas. Florianópolis, 13(2): maio/agosto, 2005. p. 363-365.

SANFELICE, José Luís. História de instituições escolares: apontamentos preliminares.  
<http://search.conduit.com/Results.aspx?q=SANFELICE%2C+escolar> Acesso em 20 nov. 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

WERLE, Flávia Obino Correia. História das instituições escolares: do que se fala?. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.